

***Concessionária Auto Raposo
Tavares S.A. - CART***

*Informações Financeiras Intermediárias
Referentes ao período de três meses
findo em 31 de Março de 2015
e Relatório de Revisão de Informações
Trimestrais Intermediárias*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.
Bauru - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase


Conforme Nota Explicativa 1, as Informações financeiras intermediárias foram elaboradas no pressuposto da continuidade dos negócios. Em 31 de março de 2015, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$124.085mil. A Administração considera que, além do fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses, a Companhia também conta com o suporte financeiro dos seus acionistas para fazer frente aos compromissos de caixa. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2015


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ


Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE MARÇO DE 2015 - NÃO AUDITADO
(Valores expressos em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.635	22.004
Aplicações financeiras	4	15.760	-
Créditos a receber	5	14.095	16.129
Estoques		1.433	1.960
Impostos a recuperar	6 (b)	2.655	3.573
Adiantamentos diversos		430	583
Despesas antecipadas		759	832
Partes relacionadas	12	521	568
Total do ativo circulante		<u>44.288</u>	<u>45.649</u>
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras	4	86.127	69.168
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6 (a)	144.623	144.113
Depósitos judiciais		13.248	11.564
Imobilizado	7	13.769	14.211
Intangível	8	2.013.693	2.014.548
Outros		9	9
Total do ativo não circulante		<u>2.271.469</u>	<u>2.253.613</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>2.315.757</u>	<u>2.299.262</u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores		6.767	2.146
Empréstimos e financiamentos	9	124.416	99.671
Debêntures	10	20.252	7.196
Salários e encargos sociais a recolher		4.243	4.038
Impostos e contribuições a recolher	6 (c)	3.189	3.486
Obrigações para direito de concessão	19 (b)	357	386
Partes relacionadas	12	1.282	1.065
Receita diferida	13	4.858	5.060
Outros		4.396	4.230
Total do passivo circulante		<u>169.760</u>	<u>127.278</u>
NÃO CIRCULANTE			
Provisão de manutenção	22	55.427	49.739
Empréstimos e financiamentos	9	778.690	819.751
Debêntures	10	814.190	790.091
Partes relacionadas	12	220	220
Provisão para riscos	11	1.286	844
Receita diferida	13	49.608	50.158
Total do passivo não circulante		<u>1.699.421</u>	<u>1.710.803</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14	790.000	745.000
Prejuízos acumulados		(343.424)	(283.819)
Total do patrimônio líquido		<u>446.576</u>	<u>461.181</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.315.757</u>	<u>2.299.262</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O
TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015 - NÃO AUDITADO
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
RECEITA LÍQUIDA			
Receita líquida de pedágio e acessórias		61.806	59.282
Receita de construção		12.143	60.821
Receita operacional líquida	15	<u>73.949</u>	<u>120.103</u>
Custo dos serviços prestados			
Custo dos serviços prestados	16	(47.748)	(43.441)
Custos de construção	16	<u>(12.023)</u>	<u>(60.219)</u>
LUCRO BRUTO		<u>14.178</u>	<u>16.443</u>
Despesas gerais e administrativas			
Despesas gerais e administrativas	16	(9.633)	(9.302)
Outras despesas, líquidas	16	<u>(1)</u>	<u>-</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>4.544</u>	<u>7.141</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Receitas financeiras	17	3.037	5.756
Despesas financeiras	17	<u>(67.697)</u>	<u>(47.697)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(60.116)</u>	<u>(34.800)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido	5	511	11.822
Prejuízo do período		<u>(59.605)</u>	<u>(22.978)</u>
Prejuízo por ação ordinária (básico e diluído) - R\$		<u>(0,0511)</u>	<u>(0,0217)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O
TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015 - NÃO AUDITADO
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
PREJUÍZO DO PERÍODO	<u>(59.605)</u>	<u>(22.978)</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u><u>(59.605)</u></u>	<u><u>(22.978)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O
TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015 - NÃO AUDITADO
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social <u>Subscrito</u>	Prejuízos <u>Acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2014	<u>715.000</u>	<u>(203.613)</u>	<u>511.387</u>
Prejuízo do período	<u>-</u>	<u>(22.978)</u>	<u>(22.978)</u>
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014	<u>715.000</u>	<u>(226.591)</u>	<u>488.409</u>
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2015	<u>745.000</u>	<u>(283.819)</u>	<u>461.181</u>
Aumento de capital	45.000	-	45.000
Prejuízo do período	<u>-</u>	<u>(59.605)</u>	<u>(59.605)</u>
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015	<u>790.000</u>	<u>(343.424)</u>	<u>446.576</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O
TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015
(Em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Prejuízo do período antes do imposto de renda e da contribuição social		(60.116)	(34.800)
Margem bruta de construção		(120)	(602)
Depreciação e amortização		22.557	19.161
Amortização do custos de transação debêntures	17	718	863
Provisão para manutenção	22	5.688	8.132
Prejuízo na baixa de imobilizado e intangível		25	-
Provisão para devedores duvidosos	5	189	-
Provisão para riscos	11	442	409
Receita diferida	13	(752)	(2.105)
Variações monetárias, cambiais e encargos		63.933	46.686
(Aumento) redução em ativos operacionais:			
Créditos a receber		1.845	2.464
Estoques		527	48
Impostos a recuperar	6b	918	239
Adiantamentos		153	37
Depósitos judiciais		(1.684)	(704)
Despesas antecipadas		73	(103)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		1.573	2.489
Impostos e contribuições a recolher		(297)	(815)
Salários e encargos sociais a recolher		205	716
Partes relacionadas		264	1.506
Outros		138	(495)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>36.279</u>	<u>43.126</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicação financeira		(29.773)	(18.704)
Aquisição de imobilizado	7	(989)	(847)
Aquisição de intangível	8	<u>(17.128)</u>	<u>(61.269)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(47.890)</u>	<u>(80.820)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital		45.000	-
Captação de empréstimos e financiamentos		-	91.608
Juros pagos	9	(20.414)	(26.393)
Pagamento de empréstimos	9	<u>(26.344)</u>	<u>(25.033)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>(1.758)</u>	<u>40.182</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(13.369)</u>	<u>2.488</u>
Saldo inicial caixa e equivalentes de caixa		22.004	117.949
Saldo final caixa e equivalentes de caixa		<u>8.635</u>	<u>120.437</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(13.369)</u>	<u>2.488</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O
TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015
(Em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Receitas			
Receita operacional	15	67.731	64.963
Receita de construção	15	12.143	60.821
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(189)	-
		<u>79.685</u>	<u>125.784</u>
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos de construção	16	(12.023)	(60.219)
Materiais, serviço de terceiros e outros		(24.387)	(24.310)
		<u>(36.410)</u>	<u>(84.529)</u>
Valor adicionado bruto		<u>43.275</u>	<u>41.255</u>
Retenções			
Depreciação e amortização	7 e 8	(22.557)	(19.161)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		20.718	22.094
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	17	3.037	5.756
Valor adicionado total a distribuir		<u>23.755</u>	<u>27.850</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>23.755</u>	<u>27.850</u>
Pessoal e encargos		8.740	7.957
Remuneração direta		6.259	5.775
Benefícios		1.976	1.802
FGTS		499	380
Outros		6	-
Impostos, taxas e contribuições		6.727	(5.052)
Federais		3.368	(8.236)
Estaduais		40	-
Municipais		3.319	3.184
Remuneração capital de terceiros		67.893	47.923
Juros		67.696	47.697
Aluguéis		193	226
Outras		4	-
Remuneração de capital próprio		(59.605)	(22.978)
Prejuízo do período		(59.605)	(22.978)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015 - NÃO AUDITADO (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP, que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O Edital de nº 004/2008 atualmente é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

- I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km381, no entroncamento com a SP-327, Km32, Ourinhos; final do trecho no Km654, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.
- II. SP-225: início do trecho no km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.
- III. SP-327: início do trecho no km0+000, no entroncamento com a SP-225, Km317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km32+443, no entroncamento com a SP-270, km381+703, e entroncamento com a BR-153, Km338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados da data da transferência de controle do sistema existente, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Em 31 de Março de 2015 a Concessionária possui capital circulante líquido negativo de R\$125.472 (R\$81.629 em 31 de dezembro de 2014), causado principalmente, pelas aplicações financeiras, classificadas no não circulante, realizadas com o objetivo de manter conta reserva para honrar os compromissos relativos aos empréstimos, financiamentos e debêntures.

A Administração considera que, além do fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses, a Companhia também conta com o suporte financeiro do seu acionista para fazer frente aos compromissos de caixa e para o restabelecimento do equilíbrio do seu capital circulante líquido.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS (INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 13 de maio de 2015 pela Administração da Companhia, compreendem:

As informações financeiras intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de março de 2015 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014”), publicadas na imprensa oficial em 28 de março de 2015.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

2.1. Adoção das IFRSs novas e revisadas

a) Normas em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de *hedge* e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros.

A aplicação dessa interpretação não trouxe impactos materiais nas divulgações ou montantes reconhecidos nas informações financeiras intermediárias.

A Companhia quantificará os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes

Em maio de 2014, a IFRS 15 foi emitida e estabeleceu um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 irá substituir o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetivo.

Os princípios fundamentais da IFRS 15 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços.

Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- Passo 2: Identificar a obrigação definida no contrato.
- Passo 3: Determinar o preço da transação.
- Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de performance do contrato.
- Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou se) a empresa cumprir as obrigações de performar.

Com a IFRS 15, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente. Um guia muito mais detalhado é fornecido pela IFRS 15 para atender a cenários específicos. A IFRS 15 vai requerer um maior detalhamento nas divulgações.

- Alterações à IAS 19/CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados

As alterações à IAS 19 / CPC 33 (R1) esclarecem como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros para planos de benefício definido, dependendo se essas contribuições dependem do número de anos de serviços prestados pelo empregado.

Para contribuições que são independentes do número de anos de serviço, a entidade pode escolher entre reconhecer as contribuições como uma redução dos custos do serviço no decorrer do período em que o serviço é prestado, ou atribuí-las ao período de serviços do empregado usando o método de projeção de unidades de crédito; para as contribuições que dependem do número de anos de serviço, a entidade é requerida a atribuir as contribuições ao período de serviço do empregado.

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e está procedendo a sua análise sobre os possíveis impactos desses novos pronunciamentos ou alterações em suas demonstrações financeiras e informações financeiras intermediárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e bancos	3.228	1.794
Operações compromissadas em debêntures	5.407	4.070
Certificados de depósitos bancários - CDB	<u>-</u>	<u>16.140</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>8.635</u>	<u>22.004</u>

As aplicações equivalentes de caixa referem-se a operações de renda fixa, lastreadas por operações compromissadas em Debêntures e Certificados de Depósito Bancário - CDB, indexados a taxa de 80,0% a 85,0% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, possuindo liquidez imediata, podendo ser resgatadas a qualquer momento sem alteração significativa no valor.

4. APLICAÇÃO FINANCEIRA

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Operações compromissadas em debêntures	10.703	-
Certificados de depósitos bancários - CDB	5.057	-
Operações compromissadas (conta reserva BNDES/Debenturistas)	<u>86.127</u>	<u>69.168</u>
Total das aplicações financeiras	<u>101.887</u>	<u>69.168</u>
Circulante	15.760	-
Não circulante	86.127	69.168

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações de renda fixa, lastreadas por operações compromissadas em debêntures e Certificados de Depósito Bancário - CDB, indexadas a taxa de 90,0% a 103,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

As aplicações financeiras no montante de R\$66.038 em 31 de março de 2015 (R\$ 64.226 em 31 de dezembro de 2014) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a Companhia deva constituir de uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (ii) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2013; e (iii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2015."

As aplicações financeiras no montante de R\$20.089 em 31 de março de 2015 (R\$4.942 em 31 de dezembro de 2014) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na escritura particular da 2ª emissão de debêntures simples, que determinam que a Companhia deva constituir de uma conta de pagamento do serviço da dívida das debêntures.

5. CRÉDITOS A RECEBER

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
AVI (*)	13.119	15.015
CIELO - Vale pedágio	905	596
DBTRANS - Vale pedágio	233	207
Outros	653	937
Provisão para créditos duvidosos (**)	<u>(815)</u>	<u>(626)</u>
Total	<u>14.095</u>	<u>16.129</u>

(*) Contas a receber referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. Em 31 de março de 2015 não havia valores vencidos nas contas a receber da Companhia. O prazo médio de recebimento é de 20 dias.

(**) A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração os valores das receitas de evasões de pedágio e transações rejeitadas (parcela sem perspectiva de recebimento). É reconhecido como perda definitiva (crédito não recuperado) após decorridos sete meses do reconhecimento do crédito.

	<u>Total</u>	<u>Provisão para créditos de liquidação duvidosa</u>	<u>Saldo a vencer e sem perda por redução ao valor recuperável</u>	<u>Vencido entre 30 - 150 dias</u>
31 de março de 2015	14.910	(815)	14.095	815

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosos		
Saldo no início do período	(626)	-
Adições	<u>(189)</u>	<u>(626)</u>
Saldo no fim do período	<u>(815)</u>	<u>(626)</u>

6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.

a) Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	<u>Balanço patrimonial</u>	
	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Prejuízo fiscal e base negativa	(617.018)	(617.018)
Outros ajustes (*)	197.950	199.451
Provisões não dedutíveis	(2.495)	(2.495)
Provisão de participações nos lucros	(2.842)	(2.842)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(626)	(626)
Provisão para riscos	<u>(333)</u>	<u>(333)</u>
Base de cálculo	<u>(425.364)</u>	<u>(423.863)</u>
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>144.623</u>	<u>144.113</u>

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são constituídos sobre margem de construção, outorga fiscal, custo da dívida e provisão de manutenção, estão sendo amortizados em quotas fixas mensais no valor de R\$233 pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14.

	Resultado	
	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(60.116)	(34.799)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	20.439	11.831
Ajustes no lucro líquido que afetam o resultado do período:		
Adições permanentes	(285)	(9)
Outros	41	-
IR CS diferidos não constituídos	<u>(19.684)</u>	<u>-</u>
Total do imposto de renda e da contribuição social diferido do período	<u><u>511</u></u>	<u><u>11.822</u></u>

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
2017	1.575	1.575
2018	6.758	6.758
2019	13.972	13.972
2020 a 2022	95.317	95.317
2023 a 2025	94.304	94.304
Total dos ativos fiscais diferidos	<u>211.926</u>	<u>211.926</u>
Total dos passivos fiscais diferidos	<u>(67.303)</u>	<u>(67.813)</u>
Total dos impostos diferidos	<u><u>144.623</u></u>	<u><u>144.113</u></u>

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627/13 (MP), que revoga o RTT e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada no Diário Oficial da União a conversão da MP na Lei nº 12.973. Sancionada pelo Executivo Federal, a norma mantém os preceitos tributários existentes na MP 627, principalmente no que diz respeito à adoção antecipada da extinção do RTT ainda em 2014, que permanece como opcional, porém sem qualquer vinculação a eventos passados de distribuição de lucros, avaliação de investimentos pelo método da equivalência patrimonial e juros sobre capital próprio, não existindo, desta forma, efeitos tributários para aqueles que não aderirem à opção apresentada. A Companhia adotou a lei, através da DCTF, a partir de janeiro de 2015.

b) Impostos a recuperar

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	2.655	3.573
Total	<u>2.655</u>	<u>3.573</u>

c) Impostos a recolher

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
PIS e COFINS	912	984
ISS	1.559	1.618
IRRF e CSRF	488	671
INSS sobre terceiros	<u>230</u>	<u>213</u>
Total	<u>3.189</u>	<u>3.486</u>

7. IMOBILIZADO

	Vida útil em anos	Saldo em <u>31/12/2014</u>	Adições	Baixas	Saldo em <u>31/03/2015</u>
<u>Custo</u>					
Instalações	25	165	-	-	165
Máquinas e equipamentos	5	4.766	84	(2)	4.848
Móveis e utensílios	5	4.127	16	(6)	4.137
Veículos	5	3.604	13	-	3.617
Equipamentos de informática	5	35.119	878	(2)	35.995
Ferramentas e aparelhos	5	<u>320</u>	-	-	<u>320</u>
		<u>48.101</u>	<u>991</u>	<u>(10)</u>	<u>49.082</u>

	<u>Vida útil</u> <u>em anos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/03/2015</u>
<u>Depreciação</u>					
Instalações		(18)	(2)	-	(20)
Máquinas e equipamentos		(3.000)	(234)	1	(3.233)
Móveis e utensílios		(2.732)	(144)	6	(2.870)
Veículos		(837)	(180)	-	(1.017)
Equipamentos de informática		(27.059)	(863)	-	(27.922)
Ferramentas e aparelhos		(244)	(7)	-	(251)
		<u>(33.890)</u>	<u>(1.430)</u>	<u>7</u>	<u>(35.313)</u>
Imobilizado líquido		<u>14.211</u>	<u>(439)</u>	<u>(3)</u>	<u>13.769</u>

	<u>Vida útil</u> <u>em anos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2014</u>
<u>Custo</u>					
Instalações	25	153	12	-	165
Máquinas e equipamentos	5	4.492	296	(22)	4.766
Móveis e utensílios	5	4.107	131	(111)	4.127
Veículos	5	1.460	2.838	(694)	3.604
Equipamentos de informática	5	32.464	2.947	(292)	35.119
Ferramentas e aparelhos	5	313	7	-	320
		<u>42.989</u>	<u>6.231</u>	<u>(1.119)</u>	<u>48.101</u>
<u>Depreciação</u>					
Instalações		(12)	(6)	-	(18)
Máquinas e equipamentos		(2.130)	(889)	19	(3.000)
Móveis e utensílios		(2.099)	(721)	88	(2.732)
Veículos		(740)	(631)	534	(837)
Equipamentos de informática		(21.819)	(5.505)	265	(27.059)
Ferramentas e aparelhos		(189)	(55)	-	(244)
		<u>(26.989)</u>	<u>(7.807)</u>	<u>906</u>	<u>(33.890)</u>
Imobilizado líquido		<u>16.000</u>	<u>(1.576)</u>	<u>(213)</u>	<u>14.211</u>

Em 31 de março de 2015, não havia bens do ativo imobilizado dados em garantia de empréstimos ou a processos judiciais de qualquer natureza.

8. INTANGÍVEL

	<u>Vida útil</u> <u>em anos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/03/2015</u>
<u>Custo</u>					
Direito de uso software	5	8.512	70	-	8.582
Marcas e patentes	10	42	-	(22)	20
Direito de concessão	(*)	1.653.379	20.224	-	1.673.603
Outorga fixa	30	<u>634.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>634.000</u>
		<u>2.295.933</u>	<u>20.294</u>	<u>(22)</u>	<u>2.316.205</u>

	<u>Vida útil</u> <u>em anos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/03/2015</u>
<u>Amortização</u>					
Direito de uso software		(5.356)	(308)	-	(5.664)
Marcas e patentes		(8)	(1)	-	(9)
Direito de concessão		(154.188)	(15.535)	-	(169.723)
Outorga fixa		<u>(121.833)</u>	<u>(5.283)</u>	<u>-</u>	<u>(127.116)</u>
Amortização acumulada		<u>(281.385)</u>	<u>(21.127)</u>	<u>-</u>	<u>(302.512)</u>
Intangível, líquido		<u>2.014.548</u>	<u>(833)</u>	<u>(22)</u>	<u>2.013.693</u>

(*) Prazo remanescente da concessão

O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na Nota 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão

De acordo com o CPC 01(R1) - “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos.

Em 31 de março de 2015, não havia bens do ativo intangível dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

	<u>Vida útil</u> <u>em anos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2014</u>
<u>Custo</u>					
Direito de uso software	5	7.654	945	(87)	8.512
Marcas e patentes	10	20	22	-	42
Direito de concessão	(*)	1.233.653	419.999	(273)	1.653.379
Outorga fixa	30	<u>634.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>634.000</u>
		1.875.327	420.966	(360)	2.295.933
<u>Amortização</u>					
Direito de uso software		(3.979)	(1.450)	73	(5.356)
Marcas e patentes		(6)	(2)	-	(8)
Direito de concessão		(102.041)	(52.207)	60	(154.188)
Outorga fixa		<u>(100.700)</u>	<u>(21.133)</u>	<u>-</u>	<u>(121.833)</u>
Amortização acumulada		<u>(206.726)</u>	<u>(74.792)</u>	<u>133</u>	<u>(281.385)</u>
Intangível, líquido		<u>1.668.601</u>	<u>346.174</u>	<u>(227)</u>	<u>2.014.548</u>

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Amortização do principal</u>	<u>Juros pagos</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Variação monetária</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/03/2015</u>
Passivo circulante							
Sênior - BNDES - TJLP	67.228	(15.288)	(11.101)	11.048	-	19.501	71.388
Sênior - BNDES - TRB*	<u>32.443</u>	<u>(11.056)</u>	<u>(9.313)</u>	<u>8.122</u>	-	<u>32.832</u>	<u>53.028</u>
Total	<u>99.671</u>	<u>(26.344)</u>	<u>(20.414)</u>	<u>19.170</u>	-	<u>52.333</u>	<u>124.416</u>
Passivo não circulante							
Sênior - BNDES - TJLP	517.263	-	-	-	-	(19.501)	497.762
Sênior - BNDES - TRB*	<u>302.488</u>	-	-	-	<u>11.272</u>	<u>(32.832)</u>	<u>280.928</u>
Total	<u>819.751</u>	-	-	-	<u>11.272</u>	<u>(52.333)</u>	<u>778.690</u>

(*) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>Captações</u>	<u>Amortização do principal</u>	<u>Juros pagos</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Variação monetária</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2014</u>
Passivo circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	56.180	-	(60.632)	(39.404)	39.991	-	71.093	67.228
Sênior - BNDES - TRB*	<u>25.736</u>	-	<u>(10.265)</u>	<u>(17.827)</u>	<u>23.143</u>	-	<u>11.656</u>	<u>32.443</u>
Total	<u>81.916</u>	-	<u>(70.897)</u>	<u>(57.231)</u>	<u>63.134</u>	-	<u>82.749</u>	<u>99.671</u>
Passivo não circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	371.003	217.353	-	-	-	-	(71.093)	517.263
Sênior - BNDES - TRB*	<u>185.584</u>	<u>113.624</u>	-	-	-	<u>14.936</u>	<u>(11.656)</u>	<u>302.488</u>
Total	<u>556.587</u>	<u>330.977</u>	-	-	-	<u>14.936</u>	<u>(82.749)</u>	<u>819.751</u>

(*) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/03/2015</u>
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	112.811
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	65.977
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	60.442
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	5.670
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	43.019
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	555
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	17.135
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	10.859
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	12.099
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	1.184
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	15.091
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	8.878
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	17.216
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	8.561
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	24.778
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	10.395
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	12.934
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	10.480
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	9.676
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	42.467
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	47.365
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	27.219
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2023	50.149
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	12.665
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	21.773
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	81.758
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	68.314
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	22.247

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/03/2015</u>
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	15.036
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	28.933
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	839
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	6.265
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	30.316
Total				<u>903.106</u>
Parcelas do circulante				<u>124.416</u>
Parcelas do não circulante				<u>778.690</u>

(*) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2014</u>
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	117.512
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	68.727
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	62.961
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	5.906
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	44.364
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	578
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	17.670
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	11.198
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	14.092
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	1.233
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	17.578
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	9.155
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	20.052
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	8.828
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	28.672
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	10.720
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	13.338
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	12.126
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	11.196
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	40.116
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	44.743
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	25.712
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2023	51.717
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	12.666
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	21.774
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	81.758
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	64.558
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	22.248
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	15.036
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	27.342
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	839
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	6.265
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	28.742
Total				<u>919.422</u>
Parcelas do circulante				<u>99.671</u>
Parcelas do não circulante				<u>819.751</u>

(*) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA

Segue abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento.

<u>Exercícios</u>	<u>Saldo</u>
2016	51.040
2017	112.529
2018	112.529
2019	112.529
2020	112.529
2021 em diante	<u>277.534</u>
Total	<u>778.690</u>

BNDES - Sênior

Em 10 de fevereiro de 2011, a Companhia assinou contrato com o BNDES convertendo a captação inicial da modalidade Ponte para Sênior.

A primeira liberação, referente ao “Subcrédito A”, no montante de R\$377.575, ocorreu em 15 de fevereiro de 2011. Parcela deste empréstimo, no montante de R\$273.637 foi utilizado para quitação do valor original, juros e comissão do empréstimo ponte, restando o valor líquido de R\$103.938.

Subcrédito A vem sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de outubro de 2011. Sobre o montante da dívida incidem juros de 2,45% a.a. acima da TJLP.

O crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados foram feitas. Do montante total contratado de R\$1.052.242, foi liberado pelo BNDES R\$1.039.487 até 31 de março de 2015 (R\$1.039.487 até 31 de dezembro de 2014), restando um saldo a liberar de R\$12.755.

A liberação total aprovada representa R\$1.052.242 e está segregada em subcréditos conforme descrito abaixo:

Subcrédito	Valor (R\$)	Prazo	Taxa juros	
A	TJLP	377.575	114 parcelas mensais a partir de 15/10/2011	Incidirão juros de 2,45% a.a. acima da TJLP
B - 1	TJLP	1.787		
B - 2	TJLP	9.817		
C	TJLP	174.285	114 parcelas mensais a partir de 15/10/2013	
D	TJLP	15.310	10 prestações anuais a partir de 15/03/2014	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
D - 1	TRB*	11.077		
D - 2	TRB*	12.124		
D - 3	TRB*	15.363		
D - 4	TRB*	10.227		
D - 5	TRB*	6.388		
D - 6	TRB*	25.784		
D - 7	TRB*	44.048		
D - 8	TRB*	17.753		
E	TJLP	138.839	114 parcelas mensais a partir de 15/10/2015	Incidirão juros de 2,45% a.a. acima da TJLP
F	TJLP	33.988	10 prestações anuais a partir de 15/03/2016	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
F - 1	TRB*	19.575		
F - 2	TRB*	28.159		
F - 3	TRB*	34.354		
F - 4	TRB*	38.316		
F - 5	TRB*	15.454		
F - 6	TRB*	22.019		
		<u>1.052.242</u>		

(*) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA

Cláusulas restritivas

<u>Empresa</u>	<u>Dívida</u>	<u>Covenants</u>	<u>Limite</u>	<u>Apuração</u>
CART	2ª Emissão de Debêntures/BNDES	ICSD PL/AT	≥ 1,2 > 20%	Semestral Semestral

Conforme contrato de financiamento com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) os *covenants* financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, semestralmente junto com as demonstrações financeiras auditadas de 31 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

10. DEBÊNTURES

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Variação monetária</u>	<u>Transferências</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/03/2015</u>
Passivo circulante						
Debêntures	10.624	12.338	240	-	-	23.202
Custos a amortizar	<u>(3.428)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(240)</u>	<u>718</u>	<u>(2.950)</u>
Total	<u>7.196</u>	<u>12.338</u>	<u>240</u>	<u>(240)</u>	<u>718</u>	<u>20.252</u>
Passivo não circulante						
Debêntures	840.400	-	23.859	-	-	864.259
Custos a amortizar	<u>(50.309)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>240</u>	<u>-</u>	<u>(50.069)</u>
Total	<u>790.091</u>	<u>-</u>	<u>23.859</u>	<u>240</u>	<u>-</u>	<u>814.190</u>

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros (a.a.)</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/03/2015</u>
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80 a.a.	01/12/2024	449.497
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05 a.a.	01/12/2024	437.964
(-) Custos de transação - Debêntures			01/12/2024	<u>(53.019)</u>
Total				<u>834.442</u>

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>Juros pagos</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Variação monetária</u>	<u>Transferências</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2014</u>
Passivo circulante							
Debêntures	1.821	(50.071)	50.385	-	8.489	-	10.624
Custos a amortizar	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.428)</u>	<u>-</u>	<u>(3.428)</u>
Total	<u>1.821</u>	<u>(50.071)</u>	<u>50.385</u>	<u>-</u>	<u>5.061</u>	<u>-</u>	<u>7.196</u>
Passivo não circulante							
Debêntures	796.554	-	-	52.335	(8.489)	-	840.400
Custos a amortizar	<u>(55.668)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.428</u>	<u>1.931</u>	<u>(50.309)</u>
Total	<u>740.886</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>52.335</u>	<u>(5.061)</u>	<u>1.931</u>	<u>790.091</u>

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros (a.a.)</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2014</u>
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80 a.a.	01/12/2024	431.120
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05 a.a.	01/12/2024	<u>419.904</u>
Subtotal				851.024
(-) Custos de transação - Debêntures			01/12/2024	<u>(53.737)</u>
Total				<u>797.287</u>

Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento em 31 de março de 2015.

<u>Exercícios</u>	<u>R\$ Mil</u>
2016	6.356
2017	16.877
2018	16.758
2019	16.636
2020	38.984
2021 em diante	<u>718.579</u>
	<u>814.190</u>

Debêntures - 2ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a instrução CVM nº 400.

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série foram emitidas 370.000 debêntures.

As debêntures terão prazo de vencimento de 12 anos, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024 e incidirão juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios são pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de março de 2015 é de R\$53.019 (R\$53.737 em 31 de dezembro de 2014).

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para apropriação dos encargos financeiros aos resultados dos exercícios:

<u>Exercícios</u>	<u>R\$ Mil</u>
2015	(2.950)
2016	(2.287)
2017	(3.289)
2018	(3.408)
2019	(3.530)
2020 em diante	<u>(37.555)</u>
	<u>(53.019)</u>

Cláusulas restritivas

<u>Empresa</u>	<u>Dívida</u>	<u>Covenants</u>	<u>Limite</u>	<u>Apuração</u>
CART	2ª Emissão de Debêntures/BNDES	ICS D PL/AT	≥ 1,2 > 20%	Semestral Semestral

Conforme escritura da segunda emissão de debêntures os *covenants* financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, semestralmente junto com as demonstrações financeiras auditadas de 31 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

11. PROVISÃO PARA RISCOS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

a) Composição do risco

<u>Natureza</u>	31/03/2015				<u>Provisão</u>
	<u>Probabilidade de perda</u>				
	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Remota</u>	<u>Total</u>	
Trabalhistas	613	7.059	32	7.704	613
Cíveis	<u>673</u>	<u>8.545</u>	<u>-</u>	<u>9.218</u>	<u>673</u>
	<u>1.286</u>	<u>15.604</u>	<u>32</u>	<u>16.922</u>	<u>1.286</u>

<u>Natureza</u>	31/12/2014				<u>Provisão</u>
	<u>Probabilidade de perda</u>				
	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Remota</u>	<u>Total</u>	
Trabalhistas	610	6.158	53	6.821	610
Cíveis	<u>234</u>	<u>8.082</u>	<u>4</u>	<u>8.320</u>	<u>234</u>
	<u>844</u>	<u>14.240</u>	<u>57</u>	<u>15.141</u>	<u>844</u>

b) Movimentação dos riscos prováveis

	<u>Saldo inicial</u> <u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo final</u> <u>31/03/2015</u>
Trabalhistas	610	3	613
Cíveis	<u>234</u>	<u>439</u>	<u>673</u>
Valor Provisionado	<u>844</u>	<u>442</u>	<u>1.286</u>

Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. A Companhia contabiliza os valores dos processos classificados como probabilidade de perda provável, no montante de R\$613 em 31 de março de 2015 (R\$610 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia também possui ações de naturezas trabalhistas, envolvendo riscos de perdas que foram classificadas como possíveis com valor estimado em R\$7.059 em 31 de março de 2015 (R\$6.158 em 31 de dezembro de 2014).

Contingências cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário. A Companhia contabiliza os valores dos processos classificados como probabilidade de perda provável, no montante de R\$673 em 31 de março de 2015 (R\$234 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia também possui ações de naturezas cíveis, envolvendo riscos de perdas que foram classificadas como possíveis com valor estimado em R\$8.545 em 30 de março de 2015 (R\$8.082 em 31 de dezembro de 2014).

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas as taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da lei das sociedades por ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Transação	Relação da parte com a Companhia	2015			Resultado (custo)
		Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio	Nota de débito Coligada	-	-	100	-
Linha Amarela S.A. - LAMSA	Nota de débito Coligada	-	-	118	(77)
Concessão Litoral Norte - CLN	Nota de débito Coligada	-	-	2	-
GRU Airport	Nota de débito Coligada	521	-	-	-
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar	Nota de débito Controladora direta	-	1.282	-	(2.019)
		<u>521</u>	<u>1.282</u>	<u>220</u>	<u>(2.096)</u>

	Transação	Relação da parte com a Companhia	2014			Resultado (custo)
			Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
OAS S.A.	Serviços de construção	Controladora indireta	-	-	-	(348.817)
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio	Nota de débito	Coligada	-	-	100	-
Linha Amarela S.A. - LAMSA	Nota de débito	Coligada	-	-	41	-
Concessão Litoral Norte - CLN	Nota de débito	Coligada	-	-	2	-
GRU Airport	Nota de débito	Coligada	520	-	-	-
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar	Nota de débito	Controladora direta	<u>48</u>	<u>1.065</u>	<u>-</u>	<u>(9.683)</u>
			<u>568</u>	<u>1.065</u>	<u>220</u>	<u>(358.500)</u>

Nota de débito: Serviços compartilhados referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Serviços de Construção

Em 5 de março de 2009, foi celebrado entre a Companhia e a parte relacionada OAS S.A., o contrato de execução das obras civis, compreendendo projetos funcionais e executivos dos serviços de recuperação, ampliação e melhorias no sistema rodoviário Raposo Tavares. Os preços e as quantidades, quando aplicável, estão de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, o qual é fiscalizado pela Agência de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP.

O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de cinco anos, é o de empreitada e o preço global acordado entre as partes foi de R\$1.112.748, devendo os pagamentos, serem realizados nas seguintes condições:

- i) Adiantamento no montante de R\$57.276, realizado em 19 de março de 2009, que foi amortizado durante os doze primeiros meses de execução dos serviços, através de descontos mensais nas medições destes serviços, quitado em 30 de abril de 2010.
- ii) Parcelas mensais conforme a execução dos serviços com base no cronograma físico-financeiro do respectivo contrato.

O preço global será reajustado a cada período de doze meses conforme fórmula paramétrica que apura o índice de reajuste levando em consideração a variação dos custos quando comparados com a data-base da proposta constante no contrato. Excepcionalmente, independente do reajuste que será auferido com a aplicação desta fórmula, os preços contratuais serão reajustados sempre que esta variação indicar o percentual igual ou superior à meta inflacionária divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Em 30 de maio de 2014, as partes celebraram um aditivo prorrogando o prazo do contrato de execução de obras por 12 meses. O aditivo gerou um incremento de R\$44.057, cujo saldo líquido após a aplicação do REIDI (Lei 11.488 de 15 de junho de 2007) é de R\$42.452.

Em 31 de março de 2015, o saldo contratual é de R\$14.727 (R\$321.092 em 31 de dezembro de 2014), o valor pago para OAS até 31 de março de 2015 foi de R\$348.817 (R\$348.817 em 31 de dezembro de 2014).

Remuneração dos Administradores

Em 29 de abril de 2015 foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$2.861.

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica, no montante de R\$372 em 31 de março de 2015 (R\$189 em 31 de março de 2014).

Em 31 de março de 2015 a Companhia provisionou o montante de R\$195 (R\$453 em dezembro de 2014), de participação/bônus para os administradores.

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Pró-labore	280	141
Encargos	56	28
Benefícios de curto prazo a administradores	<u>232</u>	<u>99</u>
	<u>568</u>	<u>268</u>

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e não efetua contrato de longo prazo com Administradores.

13. RECEITA DIFERIDA

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia celebrou contrato de longo prazo, com vencimento em 16 de março de 2039, referente à locação de infraestrutura de fibra óptica. No curso do processo de negociação a Companhia recebeu antecipadamente R\$53.067, sendo R\$11.662 recebidos em 2011 e R\$41.405 em 2012, equivalente ao montante total dos serviços contratados. O saldo de receita a apropriar em 31 de março de 2015 é de R\$47.258, montante este que se encontra segregado entre passivo não circulante, R\$45.281, e passivo circulante, R\$1.977.

Em 3 de julho de 2012, a Companhia celebrou contrato referente à locação de infraestrutura de fibra óptica com uma operadora de telefonia celular. No primeiro trimestre de 2015 ocorreu a renovação automática do contrato, a Companhia recebeu antecipadamente R\$1.973, equivalente ao montante total dos serviços relativos ao terceiro ano do contrato. O saldo de receita a apropriar em 31 de março de 2015 de R\$1.000, montante este registrado no passivo circulante.

Em 23 de dezembro 2010, a Companhia celebrou contrato referente à locação de infraestrutura de fibra óptica o qual teve seu 1º aditivo assinado em 30 de junho de 2011 e 2º aditivo em 31 de maio de 2012. Em 1º de agosto de 2014 a Companhia recebeu antecipadamente R\$4.506, equivalente ao montante total dos serviços relativos ao primeiro ano do contrato. O saldo de receita a apropriar em 31 de março de 2015 é de R\$1.506, montante este registrado no passivo circulante.

Em 11 de abril de 2013, 3 de junho de 2013 e 27 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou com a Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - EMBRATEL, 18 contratos referentes à ocupação da faixa de domínio a título precário e oneroso.

Em maio de 2014, a Companhia recebeu antecipadamente R\$173 referente à segunda anuidade dos 6 primeiros contratos. Em julho de 2014, a Companhia recebeu antecipadamente R\$317 referente à segunda anuidade de 8 contratos. Em agosto de 2014, a Companhia recebeu antecipadamente R\$23 referente à segunda anuidade de 3 contratos. Em fevereiro de 2015, a Companhia recebeu antecipadamente R\$37 referente à primeira anuidade de 1 contratos. Em 31 de março de 2015 o saldo de receita a apropriar referente ao segundo ano dos contratos é de R\$142, montante este registrado no passivo circulante.

Em 13 de novembro de 2014, a Companhia celebrou contrato de longo prazo, com vencimento em 12 de novembro de 2034, referente à locação de infraestrutura de fibra óptica. No curso do processo de negociação a Companhia recebeu antecipadamente R\$4.649, equivalente ao montante total dos serviços contratados. O saldo de receita a apropriar em 31 de março de 2015 é de R\$4.560, montante este que se encontra segregado entre passivo não circulante, R\$4.327, e passivo circulante, R\$233.

Os valores estão sendo apropriados ao resultado a partir da disponibilização dos ativos locados e pelo prazo de locação contratado.

<u>Receita diferida</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
TIM Celular S.A.	51.817	52.361
OI Móvel S.A.	1.000	-
Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - EMBRATEL	1.648	2.854
Outros	<u>1</u>	<u>3</u>
	<u>54.466</u>	<u>55.218</u>
Circulante	4.858	5.060
Não circulante	<u>49.608</u>	<u>50.158</u>

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 3 de fevereiro de 2015, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$45.000, mediante emissão de 57.293.797 ações preferenciais e 57.293.797 ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal.

Em 31 de março de 2015 o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$790.000 (R\$745.000 em 31 de dezembro de 2014), representado por 1.210.055.320 ações, sendo 605.027.660 ações preferenciais e 605.027.660 ações ordinárias, integralmente subscritas pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR.

As ações preferenciais não terão direito a voto e possuirão os mesmos direitos de participação nos resultados da sociedade conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da sociedade, e terão, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Receita bruta de pedágio	65.423	62.782
Receitas acessórias	2.308	2.181
Receita de construção	12.143	60.821
Deduções da receita		
PIS Cumulativo - Receita de pedágio	(425)	(408)
COFINS cumulativo - Receita de pedágio	(1.964)	(1.883)
ISS - Receita de pedágio	(3.319)	(3.184)
Abatimento - Receita de pedágio	(4)	(4)
PIS - Receita acessória	(38)	(36)
COFINS - Receita acessória	<u>(175)</u>	<u>(166)</u>
	<u>73.949</u>	<u>120.103</u>

16. CUSTO E DESPESAS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Pessoal e encargos	(10.037)	(9.109)
Conservação e manutenção	(6.153)	(3.292)
Seguros e garantias	(392)	(424)
Serviços de terceiros	(3.092)	(4.104)
Veículos	(1.206)	(1.093)
Consultoria e assessoria	(730)	(800)
Aluguéis e impostos	(221)	(266)
Energia elétrica	(614)	(577)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa/Provisão para riscos	(632)	(409)
Partes relacionadas	(2.019)	(2.065)
Provisão de manutenção	(5.688)	(8.132)
Outorga variável	(1.016)	(975)
Depreciação e amortização	(22.557)	(19.161)
Custo de construção	(12.023)	(60.219)
Outros	<u>(3.025)</u>	<u>(2.336)</u>
	(69.405)	(112.962)
Custo de serviços prestados	(47.748)	(43.441)
Despesas gerais e administrativas	(9.634)	(9.302)
Custo de construção	<u>(12.023)</u>	<u>(60.219)</u>
	(69.405)	(112.962)

17. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Receitas financeiras		
Juros de aplicação financeira	<u>3.037</u>	<u>5.756</u>
	3.037	5.756
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(96)	(144)
Juros sobre empréstimos	(19.170)	(13.621)
Juros sobre debêntures	(12.338)	(11.480)
Custo das debêntures	(718)	(865)
Variação monetária passiva	(35.372)	(21.583)
Outras	<u>(3)</u>	<u>(4)</u>
	<u>(67.697)</u>	<u>(47.697)</u>
Resultado financeiro	(64.660)	(41.941)

18. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o período findo em 31 de março de 2015.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>31/03/2015</u>		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Numerador básico e diluído			
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(29.802)	(29.803)	(59.605)
Denominador básico e diluído			
Média ponderada das ações (em milhares)	583.383	583.384	1.166.767
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	(0,0511)	(0,0511)	(0,0511)
	<u>31/03/2014</u>		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Numerador básico			
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(11.489)	(11.489)	(22.978)
Denominador básico e diluído			
Média ponderada das ações (em milhares)	513.485	513.485	1.026.970
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	(0,0217)	(0,0217)	(0,0217)

A Companhia não possui instrumentos diluidores no período findo em 31 de março de 2015 e 2013, não havendo diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

19. COMPROMISSOS COM A CONCESSÃO

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível.
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários.
- iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes.
- iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

I. *Outorga fixa*

Valor fixo de R\$634.000 a favor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

II. *Outorga variável*

Percentual de 3% aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia, a ser pago mensalmente.

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013, por prazo indeterminado.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 31 de março de 2015, era de R\$357 (R\$386 em 31 de dezembro de 2014).

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2015, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$1.045 (R\$4.051 em 2014) referente à outorga variável.

c) Garantias

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$56.664. Vigência mínima de 12 meses.
2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$116.183. Vigência de 12 meses.

d) Recursos financeiros

A Companhia iniciou suas operações em 17 de março de 2009. Os recursos financeiros necessários para o cumprimento dos investimentos e do pagamento da outorga serão obtidos através de aporte de capital pela acionista e captação no mercado de capitais.

20. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, que foram contratados seguindo as orientações da Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP e obrigações previstas no Contrato de Concessão, conforme demonstrado a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Limite máximo de indenização</u>	<u>Vigência</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Objeto</u>
Garantia ampliações	R\$56.664	16/03/2015 a 16/03/2016	Austral Seguradora	(a)
Garantia funções oper.	R\$116.183	16/03/2015 a 16/03/2016	Austral Seguradora	(b)
Responsabilidade civil	R\$75.000	01/08/2014 a 01/08/2015	Allianz Seguros	(c)
Riscos operacionais	R\$250.000	01/08/2014 a 01/08/2015	Tóquio Marine	(d)

- a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviária do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16 integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.
- d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E CONCENTRAÇÃO DE RISCO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de setembro de 2014 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores.

	31/03/2015		31/12/2014	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
<u>Instrumentos financeiros</u>				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	8.635	-	22.004	-
Aplicação financeira	101.887	-	69.168	-
Créditos a receber	-	14.095	-	16.129
Total do ativo	<u>110.522</u>	<u>14.095</u>	<u>91.172</u>	<u>16.129</u>
Passivos				
Fornecedores	-	6.767	-	2.146
Parte relacionada	-	1.502	-	1.285
Empréstimos e financiamentos	-	903.106	-	919.422
Debêntures	-	834.442	-	797.287
Obrigações com poderes concedentes	-	357	-	386
Total do passivo	-	<u>1.746.174</u>	-	<u>1.720.526</u>

Nos termos da Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

O principal fator de risco de mercado que pode afetar os negócios da Companhia é a taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita a variação da TJLP e IPCA.

d) Análise de sensibilidade

As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros às variáveis que apresentam risco de oscilação são apresentadas abaixo:

Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade em três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia com 25% e 50% de deterioração de cada índice.

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável	Adverso possível	Adverso extremo
CDI	12,81%	9,61%	6,41%
TJLP	5,92%	7,40%	8,88%
IPCA	8,11%	10,14%	12,17%

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

a) Ativo financeiro

<u>Empresa</u>	<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Base</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
CART	Caixa equivalente	DI	5.407	42	33	23
CART	Aplicação financeira	DI	101.887	8.415	6.337	4.251

b) Passivo financeiro

<u>Empresa</u>	<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Base</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
CART	Debêntures	IPCA + 5,80%	449.497	62.681	71.652	80.614
CART	Debêntures	IPCA + 6,05%	437.964	62.137	70.890	79.633
CART	BNDES	2,45% * TJLP	569.150	43.980	51.749	59.420
CART	BNDES	2,45% * IPCA	333.955	53.000	59.371	65.737

No quadro acima, são considerados três cenários sobre os passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia.

O montante equivalente a 100% dos empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia estão sujeitos à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros da TJLP e IPCA, e o equivalente de caixa e aplicação financeira sujeita a CDI.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela administração, como de primeira linha.

Em 31 de março de 2015, a Companhia apresenta valores a receber de R\$14.910 sendo que os valores a receber da CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A representam 87,99% deste, ou seja, R\$13.119, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”. Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a administração da Companhia caracteriza como improvável o risco de crédito oriundo destes valores a receber por considerá-los mitigados entre as concessionárias do setor rodoviário.

f) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de março de 2015.

g) Valores de mercado

Em 31 de março de 2015, os valores de mercado das contas a receber e a pagar aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações anual, devido à sua natureza de curto prazo.

Quanto aos empréstimos e financiamentos e debêntures, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados nas informações financeiras intermediárias devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis de mercado. A Companhia também possui empréstimos e financiamentos sujeitos a atualização de alíquotas fixas.

h) Exposição a risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

i) Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Empréstimos e financiamentos	903.106	919.422
Debêntures	834.442	797.287
Caixa e equivalentes de caixa	(8.635)	(22.004)
Aplicações financeiras	<u>(101.887)</u>	<u>(69.168)</u>
Dívida líquida	1.627.026	1.625.537
Patrimônio líquido	<u>446.576</u>	<u>461.181</u>
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>2.073.602</u>	<u>2.086.718</u>

22. PROVISÃO DE MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A partir de janeiro de 2014 a Companhia passou a constituir também provisões para recuperação das estradas vicinais. O marco para assunção do compromisso de recuperação e manutenção das estradas vicinais foi a celebração dos convênios com os municípios, que ocorreram ao longo de 2013.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de março de 2015 é:

	Saldo inicial <u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	Saldo final <u>31/03/2015</u>
Não circulante	<u>49.739</u>	<u>5.688</u>	<u>55.427</u>
Total	<u>49.739</u>	<u>5.688</u>	<u>55.427</u>

A taxa para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 31 de março de 2015 é de 14,07% a.a.

23. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores)	<u>3.536</u>	<u>488</u>
Total de transações não caixa	<u>3.536</u>	<u>488</u>

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 8 de maio de 2015, ocorreu a integralização do aumento de capital na Companhia no valor de R\$17.000, referente à parte da aprovação da alteração do art. 4º do Estatuto Social da Companhia, com o aumento do capital social no montante de R\$37.000, mediante emissão de 52.035.826 ações ordinárias e 52.035.826 ações preferenciais, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal. A integralização do aumento de capital no valor de R\$20.000, deverá ser integralizada até junho/15.